

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

É com alegria e satisfação que apresentamos a primeira publicação do ano de 2020 da Revista Direito e Justiça: Reflexões Sóciojurídicas de nº 36 do Curso de Direito da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/campus de Santo Ângelo-RS, que conta com relevante colaboração de pesquisadores de diversos estados brasileiros e também com artigo estrangeiro, resultado do esforço para a internacionalização.

Começamos esse número com o artigo *Eficácia da medida socioeducativa de liberdade assistida aplicada no Município de Ananindeua-PA* dos autores Pablo Leonardo Lira da Costa, Thales Ravena Cañete, Vitor Augusto da Silva Borges tem como objetivo a eficácia da aplicabilidade da medida socioeducativa de liberdade assistida ao adolescente em conflito com a lei, no município de Ananindeua-PA, com estudo de campo nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social com a finalidade de obter dados que comprovem ou indiquem que a medida de liberdade assistida tem sido satisfatória no município de Ananindeua, bem como, atingir o objetivo de ressocializar o adolescente em conflito com a lei.

Desativação de minas: considerações sobre a legislação brasileira frente a parâmetros internacionais de José Adércio Leite Sampaio, Camila Cristina de Souza Rossi, Bruna Carvalho De Pieri que aborda a disciplina legal do processo de desativação de mina adotada no Brasil em comparação com legislações de outros países, de maneira a identificar eventuais déficits ou falhas que demandem melhorias. Busca-se demonstrar a necessidade de serem adotadas normas sobre o assunto, que busquem harmonizar o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente.

O estudo sobre *Lei de Migração: um compromisso com a prevalência dos direitos humanos?* de autoria de Lílían Mara Pinhon, Deilton Ribeiro Brasil – analisam se a Lei nº 13.445/2017, Lei de Migração, direciona-se a um compromisso com a prevalência dos direitos humanos. O tema proposto justifica-se devido ao grande fluxo de migrantes, apátridas e visitantes no território brasileiro e a necessidade do respeito aos direitos humanos.

Modernidade e risco: fundamentos do princípio da precaução e desafios para responsabilidade civil, André Soares Oliveira discute sobre o projeto da modernidade que fundamenta-se na emancipação do homem da natureza e da tradição por meio da ciência. O princípio da precaução surge como instrumento gerenciador dos riscos fabricados e impõe medidas destinadas a conciliar o impulso da inovação tecnológica com a segurança ambiental. A responsabilidade civil figura-se enquanto medida de precaução, mas exige-se

uma nova arquitetura jurídica-institucional apta a conciliar livre-iniciativa e proteção ambiental.

A pesquisa sobre *Uma análise do caso Ximenes Lopes versus Brasil: o debate sobre políticas públicas, saúde mental e direitos humanos no sistema interamericano de direitos humanos* de Evandro Luan de Mattos Alencar, Raimundo Wilson Gama Raiol, trata do caso Ximenes Lopes versus Brasil, no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O objetivo consiste em analisar a construção jurisprudencial do Caso Ximenes Lopes versus Brasil, no referido Sistema e o seu impacto sobre a política de proteção aos direitos humanos decorrente do diálogo entre ordenamentos interno e externo.

O sexto artigo *O Novo Constitucionalismo da Bolívia: da inovação a efetividade junto a sociedade*, José Alberto Antunes de Miranda, Moisés Noé de Fraga demonstram as mudanças sociais que tiveram início na Bolívia em 2000, através de um grande ciclo de mobilizações sociais, trouxeram mudanças no Estado a partir de uma nova Constituição. Constata-se que interesses políticos, em muitos momentos da história da Bolívia, se sobrepujaram aos interesses coletivos, em especial a população indígena originária campesina.

O penúltimo sobre *Mulheres Invisíveis: a vinculação entre o maciço encarceramento provisório feminino e a “guerra às drogas” sob a ótica da vulnerabilidade de gênero*, Maria Patrícia Vanzolini, Maria Luiza Bortoloto Morata tem por escopo analisar o crescente fenômeno do encarceramento provisório de mulheres, estabelecendo uma conexão para com a política seletiva da ‘guerra às drogas’, pelo viés da criminologia feminista. Sob a ótica proposta, compreende-se que o gênero tem papel relevante na inserção das mulheres nas redes do tráfico de drogas, em virtude da especial vulnerabilidade socioeconômica que as acometem, bem como é determinante à posição hierárquica coadjuvante que lhes relegam.

E o oitavo artigo denominado *Cooperación Internacional y seguridad ciudadana em la República Dominicana*, Lucy Margarita Araya enfoca a questão da cooperação internacional que visa apoiar políticas, estratégias e medidas necessárias para garantir a segurança do cidadão. Reconhece que no mundo globalizado em que se vive e o fenômeno da mobilização de indivíduos de diferentes pontos geográficos para outros cenários leva a um mundo heterogêneo de múltiplos aspectos: crime organizado, grupos terroristas, redes de tráfico de drogas, tráfico de armas. e de pessoas, redes de contrabando em larga escala, entre outras, que constituem a principal ameaça à segurança dos cidadãos. Por fim, conclui a importância de desenvolver ações conjuntas e o apoio necessário à cooperação internacional para combater a insegurança cidadã.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Prof^a Dr^a. Charlise Paula Colet Gimenez

Prof^a Dr^a. Janete Rosa Martins